

CONCURSO PÚBLICO
Aplicação: 19/1/2003

Cargo:
Fiscal de Tributos Municipais

CADERNO DE PROVAS



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

1. Este caderno contém questões de conhecimentos gerais para o cargo de Fiscal de Tributos Municipais e de conhecimentos específicos para o cargo de Fiscal de Tributos Municipais.
2. Caso o candidato tenha alguma dúvida durante a realização das provas, deverá dirigir-se ao fiscal de provas responsável pelo setor de atendimento ao candidato.
3. O candidato não pode utilizar qualquer tipo de material de consulta, nem tampouco utilizar qualquer tipo de aparelho eletrônico de comunicação, durante a realização das provas.
4. O candidato deve permanecer sentado em seu lugar durante a realização das provas.
5. O candidato deve permanecer em silêncio durante a realização das provas.
6. O candidato deve permanecer em silêncio durante a realização das provas.
7. O candidato deve permanecer em silêncio durante a realização das provas.
8. O candidato deve permanecer em silêncio durante a realização das provas.
9. O candidato deve permanecer em silêncio durante a realização das provas.
10. O candidato deve permanecer em silêncio durante a realização das provas.

De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 200 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**, ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Marque, obrigatoriamente, para cada item, um, e somente um, dos dois campos da **folha de respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcações indevidas. Use a folha de rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a **folha de respostas**.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto I – itens de 1 a 13

A devassa por decreto

1 Não é de hoje que se propaga entre nós fenômeno raro a demandar análise criteriosa. Pode ser resumido em poucas palavras. Enquanto a milenar presunção de inocência acompanha o acusado até sua condenação, ainda que o delito a ele imputado seja dos mais graves e comprometedoras as provas apuradas, a presunção muda de face, embora não se diga, em se tratando de fato envolvendo o fisco; facilmente se aceita como verdadeira a imputação feita a alguém. Suponho que esse fenômeno derive do fato, generalizado, de estabelecer-se sinonímia entre contribuinte e sonegador.

13 Não é preciso dizer que o tributo, entre outras razões, por ser obrigação legal, deve ser satisfeito na forma e no prazo de lei. De resto, as sanções criadas para forçar essa observância chegam a ser draconianas. Se elas fossem pactuadas entre particulares, dificilmente seriam aceitas como lícitas na esfera dos tribunais; em favor do fisco, no entanto, são aceitas sem reparos. Faço a observação apenas para salientar o aparato coercitivo que acompanha o direito, por vezes o suposto direito do erário. Mas, volto a dizer, ultimamente, os excessos “legislados” via de regra por medidas provisórias são chocantes, a começar por sua imoderação; assim, não têm faltado alterações insígnies no processo fiscal, a ponto de convertê-lo em simulacro processual.

25 Agora, decreto do presidente da República, mero decreto executivo, estabelece que as contas bancárias ficam abertas ao fisco. Ora, o sigilo bancário é velho no direito universal e entre nós consagrado na lei da reforma bancária. E a Constituição consigna o direito à intimidade, art. 5.º, X, no qual se insere o sigilo bancário.

31 Dir-se-á que pode haver interesse público na abertura de uma conta corrente bancária ou em sua movimentação. Ocorre, porém, que a quebra do sigilo é prevista em lei, mas na forma da lei. O presidente da República não pode fazê-lo, nem o presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado, nem o presidente do STF. Note-se que a justiça raramente desatende pedido de quebra de sigilo.

37 No entanto, simples decreto do Executivo violando a Constituição, a lei bancária, a lei que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, que entre eles inclui violar o sigilo bancário, entroniza a devassa na intimidade das pessoas em favor do fisco. A devassa sem limites.

43 Se se levar em conta que a Fazenda, examinando uma conta bancária, pode entender que determinado depósito oculta uma vantagem, pode lavrar auto de infração que, homologado pela autoridade fazendária superior, geralmente o delegado regional, permite ao Ministério Público denunciar o suposto sonegador antes que o procedimento fiscal seja encerrado na esfera administrativa, antes de constituído o crédito tributário, ter-se-á que qualquer pessoa, por mais correta que seja, em sua vida pública ou privada, pode vir a ser fisgada nas malhas de um processo criminal por força de suposta infração fiscal.

Paulo Brossard. In: *Correio Brasileiro*, 22/12/2002. Coluna Opinião (com adaptações).

Considerando o texto I, julgue os itens de 1 a 10.

- 1 O fenômeno referido no primeiro parágrafo diz respeito à incoerência em se presumir o acusado como inocente nos litígios em geral e como culpado nos que envolvem o fisco.
- 2 Apesar de se opor à quebra do sigilo bancário como proposta no decreto do executivo, o autor do texto posiciona-se com imparcialidade no que concerne à edição de medidas provisórias e decretos por parte do executivo.
- 3 O último parágrafo, constituído por uma conjectura, aponta para os perigos da arbitrariedade aos quais está sujeito o cidadão diante da possibilidade de quebra do sigilo bancário pela Fazenda.
- 4 Com relação à representação do sujeito da oração, no segmento “em se tratando de fato” (l.7), o sujeito é indeterminado, diferentemente do que ocorre no segmento “estabelecer-se sinonímia” (l.10), em que o sujeito é “sinonímia”.
- 5 A alternância entre a primeira pessoa do singular, como em “Suponho” (l.9), e o emprego de sujeito indeterminado, como em “Note-se” (l.36), é um exemplo da linguagem coloquial utilizada no texto, o que se pode verificar também na abundante subordinação do último parágrafo.
- 6 O emprego do adjetivo “insígnies” (l.22) revela ironia do autor em relação às alterações no processo fiscal.
- 7 Os adjetivos “mero” (l.25) e “simples” (l.38) são usados no texto para indicar a natureza comum, pouco complexa, do decreto como instrumento legislativo.
- 8 As expressões “dir-se-á” (l.31) e “ter-se-á” (l.50) correspondem a um registro de uso pronominal em desuso na variante brasileira da língua portuguesa e, embora sejam equivalentes a **se dirá** e **se terá**, não podem por estas ser substituídas no contexto em que aparecem sem que se infrinja a norma culta.
- 9 Antes do particípio “constituído” (l.50) subentende-se o vocábulo **seja**, tendo em vista o paralelismo com a expressão “seja encerrado” (l.49), da oração anterior.
- 10 A retirada do adjetivo “suposta” (l.53) não causaria mudança do sentido original, tendo em vista o seu uso meramente para efeitos retóricos.

FHC recua e tira “superpoderes” da Receita

1 O presidente Fernando Henrique Cardoso alterou ontem o decreto que facilitava o acesso da Receita Federal a dados bancários protegidos por sigilo e desobrigou os bancos de informarem ao órgão as movimentações mensais superiores a R\$ 5 mil, no caso de pessoas físicas, e a R\$ 10 mil, no caso de empresas.

4 O decreto foi editado há um mês para regulamentar uma lei complementar (a de n.º 105) que vigora desde janeiro de 2001 e que ampliou o poder de fiscalização da Receita com o objetivo de aumentar o combate à sonegação. A lei complementar n.º 105 tinha autorizado o acesso da Receita, independentemente de ordem judicial, a dados bancários sigilosos. Outra lei permitiu o cruzamento de declarações de renda com dados sobre a movimentação bancária, obtidos por meio do recolhimento da CPMF, para identificar sonegadores.

7 O presidente editou um novo decreto, que, na prática, dispensa os bancos de informar as movimentações superiores aos limites estabelecidos anteriormente enquanto houver o recolhimento da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, uma cobrança de 0,38% sobre saques e movimentações financeiras). A CPMF será cobrada até o final de 2004.

10 Aparentemente, o Palácio do Planalto foi pressionado a recuar. O ministro-chefe da Casa Civil informou ao presidente Fernando Henrique Cardoso que havia forte resistência à medida. Mas a Casa Civil negou que tenha havido recuo. Disse que os bancos teriam de informar a movimentação bancária duas vezes — a primeira delas relativa ao recolhimento da CPMF — e afirmou que o novo decreto apenas simplifica os procedimentos.

Contestação

16 As leis que ampliam os poderes da Receita estão sendo contestadas no STF por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. O principal argumento é a suposta violação do direito do cidadão à intimidade. O decreto também seria questionado no Supremo. A OAB já havia decidido entrar com ação e preparava o texto.

19 Logo após sua edição, o presidente do STF criticou a legislação de forma genérica. Disse que a considera um instrumento de coação política e citou o livro **1984**, de George Orwell. O livro descreve uma sociedade fictícia em que todas as pessoas são vigiadas pelo governante, chamado “*Big Brother*” (ou “Grande Irmão”), por meio de circuito de monitores de TV.

Parecer

22 Para o presidente da OAB, pesou na decisão de mudança do decreto o parecer elaborado por dois advogados, que contém o seguinte trecho: “O decreto pune os bons contribuintes, deles retirando qualquer garantia, visto que sempre dependerão de humores da fiscalização, pródiga em ofertar à lei distorcida interpretação. É que o fisco, até por dever de ofício, sempre tem por

25 ‘suspeitos’ todos os cidadãos”.

Silvana de Freitas. In: Internet: <http://www.folha.com.br>. Acesso em 28/12/2002 (com adaptações).

Com relação aos textos I e II, julgue os itens de 11 a 13.

11 Tanto o texto I quanto o texto II tratam do decreto que permitira à Receita Federal a quebra do sigilo bancário, mas distinguem-se da seguinte forma: enquanto o primeiro argumenta em favor de uma tese que se constrói com um raciocínio que vai do geral ao particular, o segundo não segue esse modelo, apresentando blocos de informações e opiniões pontuais relativas ao decreto.

12 O conteúdo do texto I pode ser entendido como um exemplo da “resistência à medida”, mencionada na linha 13 do texto II.

13 Com relação a ter o fisco o dever de ofício de suspeitar de todos os cidadãos, são coincidentes a posição defendida no texto I e a do parecer citado no texto II.

Julgue os itens de 14 a 20, relativos ao texto II.

14 Na expressão “a dados bancários” (l.1-2), caso o vocábulo “dados” fosse substituído por **informações**, seria necessário não somente o ajuste na concordância com “bancários” e “protegidos”, na linha 2, mas também o emprego do sinal indicativo de crase no “a” que antecede a expressão.

15 As seguintes substituições pronominais poderiam ser feitas no texto, mantendo-se a correção gramatical: “que” (l.9) por **o qual**; “a” (l.19) por **lhe**; “deles” (l.23) por **destes**.

16 Dois momentos do texto II exemplificam a preocupação nítida em facilitar ao leitor o entendimento dos fatos: a explicação a respeito da CPMF (l.10-11) e a sucinta descrição do tema do livro **1984** (l.20-21).

17 Os parênteses utilizados no trecho das linhas 10 e 11 poderiam ser substituídos pelo uso de apenas um travessão antes de “Contribuição” (l.10).

18 O trecho “Disse que os bancos (...) os procedimentos” (l.13-15) pode ser assim reescrito, mantendo-se a correção gramatical do período: **Conforme a Casa Civil, pelo novo decreto os procedimentos tornam mais simples, pois os bancos deveriam informar duas movimentações bancárias — a primeira quanto ao recolhimento da CPMF.**

19 A expressão “visto que” (l.23) pode ser corretamente substituída por **porquanto**, mantendo-se a correção sintática e semântica do período.

20 As preposições “Para” (l.22) e “por” (l.24, segunda ocorrência) podem ser substituídas por **Segundo** e **como**, respectivamente, sem prejuízo à correção gramatical das orações em que ocorrem.

Dólar leva inflação de 2002 a mais de 12%

1 A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usada como balizador da meta oficial do governo, acumulou alta de 12,53% em 2002, ultrapassando todos os limites 4 fixados. A escalada do dólar pressionou os preços no segundo semestre e foi a principal responsável pela maior taxa anual de inflação registrada no país desde 1995, quando atingiu 22,41%. A 7 variação extrapolou até mesmo a última meta negociada pelo governo em dezembro com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que previa inflação máxima de 11% no ano passado. A 10 projeção inicial, que ainda serve como meta interna, era de 3,5%, podendo chegar ao limite máximo de 5,5% — menos da metade da taxa efetivamente alcançada.

13 Apesar da taxa recorde, a inflação chegou ao final de 2002 em trajetória de desaceleração. O IPCA de dezembro atingiu 70% do de novembro — que foi superior a 3%, recorde do Plano Real —, 16 por causa da redução no ritmo de reajustes dos alimentos e dos combustíveis.

A influência do dólar foi mais intensa no segundo semestre. 19 A taxa de inflação acumulada nos últimos seis meses do ano totalizou 9,32%, mais do triplo da do primeiro semestre. O IPCA triplicou no período, empurrado especialmente pelos alimentos, 22 exatamente o item que ajudou a conter a inflação no primeiro semestre, com alta acumulada de apenas 0,6%. Na segunda metade do ano, os preços dos alimentos registraram aumento de 18,76%.

25 Com o aumento acumulado de 19,47%, os produtos alimentícios deram a principal contribuição para a alta da inflação no ano passado. Eles foram responsáveis, sozinhos, por 4,6 pontos 28 percentuais da taxa de inflação anual, ou seja, um terço da inflação do ano.

Jaqueline Farid. In: Internet: <http://www.estadao.com.br>. Acesso em 12/1/2003 (com adaptações).

Com base no texto III e considerando o sistema de juros compostos, julgue os itens de 21 a 29.

21 Considerando $(1,01)^6 = 1,062$, é correto afirmar que a taxa proporcional mensal correspondente a uma taxa anual de inflação de 12,53% é superior a 1% ao mês.

22 Supondo que a inflação brasileira no ano de 2001 tivesse sido de 6,24%, se um investimento pagasse um rendimento anual de 10%, acrescido da taxa anual de inflação, e um indivíduo tivesse aplicado nesse investimento uma quantia de R\$ 1.000,00 em 1.º/1/2001, o montante — *M* — que ele teria nessa aplicação em 1.º/1/2003 seria obtido como resultado da expressão $M = 1.000 \times (1,1624) \times (1,2253)$.

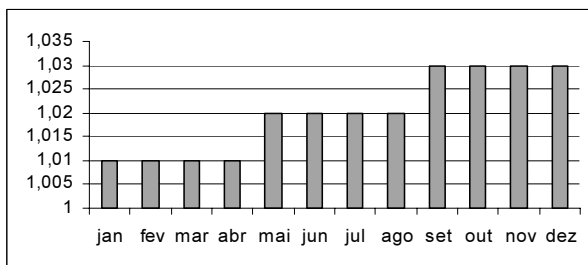
23 Sabendo que a taxa real de um investimento é obtida descontando-se a taxa de inflação da taxa nominal, se um investidor tivesse aplicado R\$ 1.000,00 em 1.º/1/2002, por um ano, a juros pré-fixados correspondentes exatamente à meta estabelecida pelo FMI para o Brasil como taxa de inflação anual máxima, então, tomando-se como base a inflação medida pelo IPCA, a taxa real de rendimento do investimento teria sido negativa.

24 O IPCA de dezembro de 2002 foi superior a 2,1%.

25 A taxa de inflação acumulada no primeiro semestre de 2002 foi superior a 3%.

26 Na linha 21, a expressão “no período” refere-se ao primeiro semestre de 2002.

- 27 O texto apresenta uma inconsistência no penúltimo período ao mencionar o aumento acumulado dos produtos alimentícios, pois, de acordo com as informações apresentadas nas linhas de 20 e 24, esse aumento foi de 19,36%.
- 28 A reescritura do trecho “Eles foram responsáveis, sozinhos, por 4,6 pontos percentuais da taxa de inflação anual” como **Em 2002 os alimentos responderam por 4,6% da taxa de inflação do ano** manteria o sentido do texto e estaria correta do ponto de vista da matemática e da língua portuguesa.
- 29 O gráfico abaixo poderia ilustrar corretamente a evolução da taxa mensal de inflação no ano de 2002.



Texto IV – itens de 30 a 35

A inflação de dezembro de 1992, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP), ficou em 23,60% — 0,5% abaixo da de novembro. Dos três componentes do IGP, o que mais subiu em dezembro foi o índice de Preços ao Consumidor (IPC), com 24,85%. Em 1992, a inflação alcançou 1.157,95%.



Em 1991, quando houve congelamento de preços no início do ano, o IGP calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) registrou taxa anual de 480,18%.

Internet: < <http://www.estadao.com.br>>. Acesso em 12/1/2003 (com adaptações).

Com base no texto IV e considerando o sistema de juros compostos, julgue os itens de 30 a 33.

- 30 Supondo que os três componentes do IGP fossem o índice X, o índice Y e o IPC, e que o IGP fosse obtido como média aritmética dos índices X, Y e IPC, então, para que o primeiro parágrafo do texto IV esteja correto, seria necessário que, em 1992, pelo menos um dos índices, X ou Y, tivesse sido inferior a 23%.
- 31 O montante final de um capital investido em 1.º/1/1992, por um ano, corrigido pela taxa de inflação daquele ano, seria mais de 12 vezes o valor do capital inicial.
- 32 Para que um investimento feito em 1.º/1/1992, aplicado a uma taxa de juros mensal i , com capitalização também mensal, tivesse rendido ao final de um ano o valor correspondente à taxa de inflação daquele ano, o valor de i poderia ser calculado como resultado da seguinte equação: $[1 + i]^{12} = 1.157,95$.
- 33 A taxa efetiva de juros compostos mensais — i — equivalente a uma taxa de juros de 1.157,95% ao ano pode ser obtida como resultado da expressão $i = (1,15795)^{1/12} - 1$.

Comparando os dados dos textos III e IV e considerando o sistema de juros compostos, julgue os itens 34 e 35.

- 34 O índice de inflação anual mencionado no texto III precisaria se repetir por mais de 100 anos para que a inflação acumulada nesse período se igualasse ao índice observado em 1992.
- 35 Tanto em 1992 quanto em 2002, houve um decréscimo da taxa de inflação mensal de novembro para dezembro.

RASCUNHO

Uma rede de supermercados possui em seu quadro de pessoal 500 empregados, com funções distribuídas conforme a tabela abaixo.

RASCUNHO

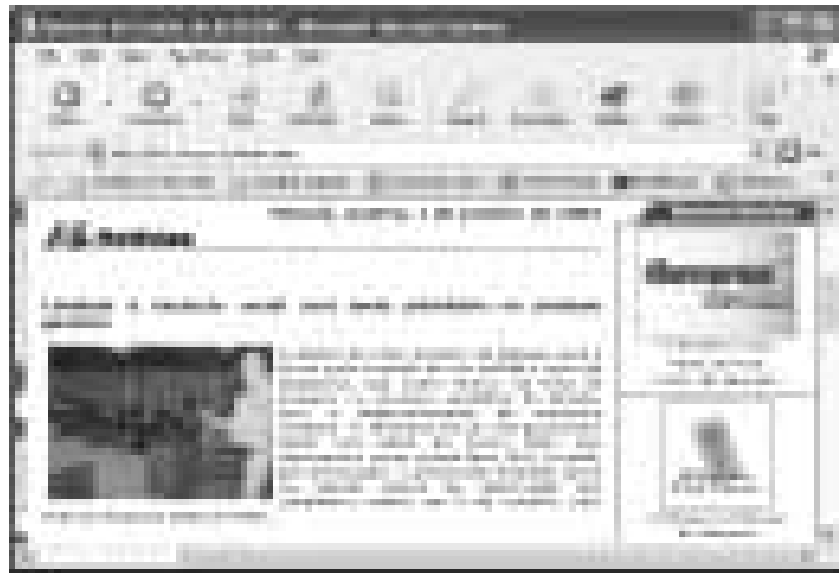
funções	número de empregados
caixa/vendedor/atendimento ao cliente	300
técnico-administrativo de nível médio	100
técnico-administrativo de nível superior	90
gerência	10
total	500

Um levantamento feito nessa rede de supermercados mostrou que o salário bruto mensal dos gerentes é, em média, igual a R\$ 5.000,00, com desvio-padrão igual a σ reais. Para os técnico-administrativos de nível superior, a média dos salários brutos mensais é de R\$ 2.500,00, com desvio-padrão de $\sigma/2$ reais, e, para os de nível médio, a média dos salários brutos mensais é de R\$ 1.500,00, com desvio-padrão de 2σ reais. Para a função de “caixa/vendedor/atendimento ao cliente”, há três níveis — I, II e III —, dependendo das qualificações e do tempo de serviço do empregado. A tabela abaixo apresenta a distribuição dos salários brutos mensais, em reais, desses empregados.

nível	salário mensal bruto (S)	número de empregados
I	$500,00 \leq S < 700,00$	50
II	$700,00 \leq S < 1.100,00$	150
III	$1.100,00 \leq S < 1.300,00$	100
	total	300

Com base na situação hipotética acima descrita, julgue os itens de 36 a 40.


- 36 O salário médio mensal bruto que a rede de supermercados paga a seus empregados é superior a R\$ 1.500,00.
- 37 A mediana da distribuição dos salários mensais brutos dos empregados dessa rede de supermercados está entre R\$ 700,00 e R\$ 1.100,00.
- 38 Estima-se que 125 empregados recebam um salário mensal bruto de até R\$ 900,00.
- 39 O coeficiente de variação do salário mensal bruto dos gerentes é igual ao coeficiente de variação do salário mensal bruto dos técnico-administrativos de nível superior.
- 40 A variância do salário mensal bruto dos empregados não sofrerá alteração, se a empresa pagar R\$ 200,00 a mais para os funcionários que têm a função de “caixa/vendedor/atendimento ao cliente”; R\$ 300,00 a mais para os técnico-administrativos de nível médio e R\$ 400,00 a mais para os outros funcionários.



Um usuário acessou a Internet por meio de uma rede ADSL, utilizando o navegador Internet Explorer, versão 6.0-XPClient, a partir de um microcomputador cujo sistema operacional é o Windows XP. Nesse acesso, obteve-se uma taxa de *download* da ordem de 256 kbps. A figura acima ilustra uma janela do Internet Explorer que contém uma página acessada na sessão de uso do navegador. Com base nessas informações, julgue os itens de 41 a 45, relativos a *hardware*, Internet, correio eletrônico, navegadores, redes de computadores e banco de dados.

- 41 Caso o microcomputador a partir do qual o acesso à Internet foi realizado seja um *laptop*, então, como foi utilizada uma rede ADSL nesse acesso, esse computador deve possuir uma porta USB, que serve de interface entre o *hardware* do computador e o *modem* ADSL, que, por sua vez, faz a interface entre os protocolos USB e TCP/IP, utilizados respectivamente pelo Windows XP e pelo Internet Explorer.
- 42 Como a taxa de *download* foi da ordem de 256 kbps, é correto afirmar que, no acesso à Internet descrito, a taxa de *upload* obtida deve ter sido da ordem de 512 kbps.
- 43 Constitui uma configuração atualmente possível para um *laptop*: microprocessador com *clock* de 2 GHz, capacidade de memória RAM de 256 Mbytes e de *winchester* de 30 Gbytes.
- 44 Considerando que a versão 6.0-XPClient do Internet Explorer apresenta todas as funcionalidades da versão 5.0, caso o usuário desejasse enviar a um determinado destinatário um *e-mail* que contivesse informações relativas ao conteúdo de páginas *Web* visitadas na sessão de uso descrita, seria possível compor a mensagem de correio eletrônico utilizando-se apenas os recursos implementados pelo navegador.
- 45 As figuras disponibilizadas em uma página *Web*, como as mostradas acima, podem ser copiadas e coladas em arquivos Word e Excel, bem como podem ser inseridas em tabelas de bancos de dados do tipo Access.

Um programa de computador é um conjunto completo e independente de instruções utilizado para a realização de uma tarefa específica, como, por exemplo, processamento de texto, contabilidade ou gerenciamento de dados. Acerca dos programas computacionais do Microsoft Office e do sistema operacional MS Windows, julgue os itens de 46 a 50.

- 46 Com o auxílio do aplicativo *Plug and Play* — um dos *softwares* incluídos no pacote Microsoft Office —, é possível a instalação automática de programas disponibilizados gratuitamente na Internet.
- 47 Na instalação do Windows 2000, é reservada uma área do disco rígido, acessada por meio do ícone  na qual são armazenados arquivos excluídos, que, caso se deseje, podem ser recuperados para a pasta de onde eles foram excluídos. Se necessário, essa área do disco rígido pode ser esvaziada para liberar mais espaço em disco.
- 48 Na instalação do Microsoft Office, é criada no disco rígido do computador a pasta Meus documentos, que oferece um local conveniente para armazenar documentos, elementos gráficos ou outros arquivos para acesso rápido.
- 49 Em uma rede de computadores, os arquivos existentes em uma pasta de um dos computadores a ela conectados podem ficar disponíveis para todos os usuários da rede por meio do recurso de compartilhamento de pastas existente no Windows 98, no Windows 2000 e no Windows XP.
- 50 O desempenho de um computador com o Windows 2000 pode ser melhorado se, na instalação do Microsoft Office, forem desabilitados os recursos de WordPad e Paint, que são responsáveis pelos efeitos visuais existentes no computador.

Com referência aos princípios fundamentais de contabilidade, julgue os itens de 51 a 56.

- 51 De acordo com o princípio da competência, as receitas são consideradas realizadas nas transações com terceiros quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidora na propriedade de bens anteriormente pertencentes à entidade, quer pela fruição de serviços por esta prestados.
- 52 Pelo princípio da competência, consideram-se incorridas as despesas quando há o surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.
- 53 O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese de que resulte maior patrimônio líquido, quando se apresentarem opções igualmente aceitáveis diante dos demais princípios fundamentais de contabilidade.
- 54 De acordo com o princípio do registro pelo valor original, a avaliação dos componentes patrimoniais deve ser feita com base nos valores de entrada, considerando-se como tais os resultantes do consenso com os agentes externos ou da imposição destes.
- 55 A continuidade não influencia o valor econômico dos ativos e o valor ou o vencimento dos passivos, especialmente quando a extinção da entidade tem prazo determinado, previsto ou previsível.
- 56 Pelo princípio da oportunidade, mesmo que tecnicamente estimável, o registro das variações patrimoniais não deve ser feito, especialmente na hipótese de somente existir razoável certeza de sua ocorrência.

Acerca do patrimônio e dos componentes patrimoniais, julgue os itens de 57 a 60.

- 57 Uma empresa com ativo circulante de R\$ 200 mil, realizável a longo prazo de R\$ 50 mil, ativo permanente de R\$ 300 mil e passivo circulante mais exigível a longo prazo e resultado de exercícios futuros de R\$ 350 mil deverá ter um patrimônio líquido maior que R\$ 150 mil.
- 58 Desconsiderando-se os tributos relativos à operação e outras despesas operacionais, a venda de uma mercadoria por R\$ 100,00, cujo custo seja de R\$ 60,00, deverá provocar um aumento do patrimônio líquido de R\$ 40,00.
- 59 Em uma empresa em continuidade, os lucros obtidos em determinado exercício social, após a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio, devem ser destinados para lucros acumulados ou reservas de lucros.
- 60 A elevação do valor total dos ativos de uma empresa, sem alteração das obrigações e resultados de exercícios futuros, não leva necessariamente a um aumento de patrimônio líquido.

RASCUNHO

Em relação a fatos contábeis, contas e lançamentos contábeis, julgue os itens de **61 a 65**.

- 61** A venda de mercadoria com lucro é um fato contábil permutativo.
- 62** Pela venda de mercadorias, a conta de custo das mercadorias vendidas é debitada em contrapartida de um crédito em estoque de mercadorias, que constitui conta ativa, quando a empresa estiver utilizando o sistema de inventário permanente.
- 63** O sistema de contas corresponde a uma estrutura organizada das contas que podem ser utilizadas para registro das operações de uma entidade, que é elaborado respeitando-se as particularidades dela e atendendo-se às suas necessidades gerenciais, societárias e fiscais.
- 64** As contas de ativo, com exceção das retificadoras, devem apresentar sempre saldo credor.
- 65** A compra de uma mercadoria com parte do pagamento à vista e parte a prazo deve levar a um débito na conta de disponibilidades, a um crédito em estoques ou compras e a um débito na conta de fornecedores.

A Companhia Alfa solicitou um empréstimo para capital de giro junto ao Banco Beta S.A., nas seguintes condições:

- data da liberação: 20/7/2002;
vencimento: 20/10/2002;
forma de pagamento: no vencimento;
valor liberado: R\$ 1.800.000,00;
valor de resgate: R\$ 2.000.000,00;
encargo da operação: R\$ 200.000,00.

Considerando a situação hipotética acima e com relação ao registro de operações, demonstrações financeiras obrigatórias, livros de escrituração e balancete de verificação, julgue os itens de **66 a 70**.

- 66** Segundo o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), a instituição financeira deverá registrar a receita em cada mês, durante o período dessa operação, pelo critério *pro rata* dia, de forma exponencial, sendo admitido o método linear caso o empréstimo tenha sido concedido com essa condição.
- 67** De acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, a Companhia Alfa deve registrar o valor total do encargo financeiro dessa operação no mês de julho de 2002.

- 68** A demonstração das origens e aplicações de recursos deve ser elaborada e publicada por todas as sociedades por ações.
- 69** O livro diário é de escrituração obrigatória para todas as sociedades mercantis com contabilidade destinada a cumprir as obrigações societárias, exceto para as subsidiárias integrais.
- 70** Um balancete de verificação, levantado com a finalidade de encerrar as contas de resultado do exercício, que apresente, para as contas patrimoniais, um total credor diferente do total devedor não estará necessariamente requerendo registro de acerto de erro de lançamento.

No que se refere aos critérios de avaliação de elementos patrimoniais, apuração de custos e de resultados, destinação de resultados e demonstrações contábeis, julgue os itens de **71 a 75**.

- 71** Os recursos aplicados no ativo diferido serão amortizados periodicamente, em prazo não superior a 10 anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios deles decorrentes, devendo ser registrada a perda do capital aplicado quando forem abandonados os empreendimentos ou atividades a que se destinavam, ou quando for comprovado que essas atividades não poderão produzir resultados suficientes para amortizá-los.
- 72** Uma empresa comercial que adote o sistema de inventário periódico poderá apurar o custo das mercadorias vendidas com base na equação $CMV = EF + \text{compras} (-) EI$.
- 73** Do lucro líquido de R\$ 100.000,00 de uma sociedade por ações recém-constituída com um capital social de R\$ 1.000.000,00, devem ser destinados R\$ 5.000,00 obrigatoriamente para reserva legal, antes de qualquer outra destinação.
- 74** Uma empresa que apresente um lucro líquido em determinado exercício social deverá evidenciar, obrigatoriamente, lucros acumulados em seu patrimônio líquido.
- 75** Considerando-se uma disposição estatutária com previsão de distribuição de 25% do lucro líquido ajustado, uma companhia que apresente lucro líquido de R\$ 500.000,00, reserva legal de R\$ 10.000,00 e reserva de lucros a realizar de R\$ 22.500,00, estará distribuindo um dividendo de R\$ 100.000,00.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da reavaliação de ativos, julgue os itens de **76 a 80**.

- 76** A reavaliação de ativos leva a um débito na conta do ativo e a um crédito na conta de reserva de reavaliação, no patrimônio líquido.
- 77** A controladora de companhia que tenha reavaliado ativos, e que avalie o investimento nessa controlada pelo método de equivalência patrimonial, deve refletir no seu balanço a sua participação naquela reavaliação, nas contas de investimento e de reserva de reavaliação.
- 78** Do ponto de vista societário, a realização da reserva de reavaliação, em função da baixa de ativo reavaliado, por depreciação, amortização ou outras razões, deve ser feita a débito da reserva de reavaliação e a crédito de lucros ou prejuízos acumulados.
- 79** A reavaliação de ativos aplica-se aos ativos não-monetários, incluindo o ativo permanente e os estoques.
- 80** A reavaliação de ativos provoca um acréscimo nas despesas de depreciação e amortização, reduzindo a carga tributária da empresa quando ela estiver pagando imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido com base no lucro real.

A respeito da consolidação das demonstrações contábeis, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** Na consolidação dos balanços de controladora e controlada, não será eliminado o lucro de venda, efetuada pela controlada para a controladora, de bem mantido em seu ativo até a época de encerramento do exercício social.
- 82** As receitas e despesas entre as empresas objeto de consolidação devem ser eliminadas na demonstração consolidada do resultado.
- 83** É possível que o lucro líquido apresentado na demonstração consolidada do resultado seja igual àquele da demonstração do resultado da controladora, já que o resultado da controlada é normalmente refletido na controladora pelo método da equivalência patrimonial.
- 84** Sendo o lucro de uma controladora, antes da equivalência patrimonial e após todos os tributos, igual a R\$ 200 milhões e o da controlada igual a R\$ 550 milhões, e considerando-se que a controladora possui 80% do total das ações dessa controlada, o lucro líquido consolidado será de R\$ 750 milhões, caso não haja ajuste a ser reconhecido no processo de consolidação.
- 85** Na consolidação da demonstração das mutações do patrimônio líquido, o valor total do patrimônio líquido será igual 100% do patrimônio líquido da controladora mais o percentual de participação da controladora aplicado sobre o patrimônio líquido de cada controlada.

demonstração das origens e aplicações de recursos (DOAR) do exercício encerrado em 31/12/2001	
itens	valores em R\$ mil
lucro líquido do exercício	120.350
despesas de depreciação e amortização	85.000
despesas de variação cambial de passivo exigível a longo prazo	22.300
receita de variação cambial de realização a longo prazo	3.200
aumento do passivo exigível a longo prazo	82.500
aumento do ativo realizável a longo prazo	12.000
emissão de novas ações com ágio	35.000
dividendos declarados	40.000
aquisição de ações permanentes (investimento)	35.000
aquisição de ativo imobilizado	235.000
compra de ações próprias para tesouraria	3.000

Com relação à análise das demonstrações contábeis acima, julgue os itens de **86 a 89**.

- 86** O total das origens da DOAR é superior a R\$ 340 milhões.
- 87** Essa DOAR evidencia uma variação de capital circulante líquido negativa, o que pode levar a uma situação de capital circulante líquido negativo no balanço.
- 88** A variação negativa do capital circulante líquido levaria a uma redução no índice de liquidez corrente, caso, no início do período, estivesse acima de um, independentemente de haver aumento ou redução no índice de liquidez geral.
- 89** Aceitando-se o patrimônio líquido dessa empresa como igual a R\$ 1 bilhão em 31/12/2001, a rentabilidade do capital próprio teria ficado abaixo de 12%.

RASCUNHO

balanço patrimonial em 31/12/2001 (em R\$ mil)			
ativo		passivo	
circulante	626.350	circulante	554.000
disponibilidades	82.500	fornecedores	202.000
contas a receber	352.600	tributos a pagar	95.000
estoques	185.250	pessoal e encargos a pagar	102.000
despesas do período seguinte	2.500	dividendos a pagar	35.000
outras	3.500	empréstimos bancários	120.000
realizável a longo prazo	19.000	exigível a longo prazo	70.000
títulos a receber	19.000	empréstimos bancários	70.000
permanente	404.400	resultado do exercício	3.780
		futuro	
investimentos	12.000	patrimônio líquido	421.970
imobilizado líquido	378.900	capital social	200.000
diferido líquido	13.500	reservas de capital	50.000
		reservas de lucros	120.000
		lucros acumulados	51.970
total	1.049.750	total	1.049.750

No que concerne ao cálculo de índices e coeficientes, julgue os itens de 90 a 93, com base no balanço patrimonial acima.

- 90 O índice de liquidez corrente é superior a 1,10.
- 91 O índice de liquidez geral é superior a 1,00.
- 92 O grau de endividamento (capitais de terceiros sobre capitais próprios) é inferior a 1,40.
- 93 O índice de imobilização de capitais próprios é superior a 1,00.

demonstração do resultado encerrado em 31/12/2001 (em R\$ mil)	
receita bruta de vendas	260.000
descontos, abatimentos e tributos sobre as vendas	(57.200)
custo das mercadorias vendidas	(104.000)
despesas comerciais	(25.600)
despesas gerais e administrativas	(35.000)
outras receitas e despesas operacionais	(2.500)
resultado	35.700
IR e CSLL	(12.138)
resultado antes das receitas e despesas financeiras	23.562
despesas financeiras líquidas de IR e CSLL	(12.500)
lucro líquido	11.062
ativo operacional inicial (exclui passivo circulante operacional)	300.000
dívida onerosa (com encargos de juros) inicial (mantida ao longo do ano)	80.000
patrimônio líquido inicial (mantido ao longo do ano)	220.000

Com referência à alavancagem financeira e operacional, julgue os itens de 94 a 97, relativos à demonstração contábil acima.

- 94 A rentabilidade do ativo operacional está entre 7% e 8%.
- 95 A taxa de custo da dívida onerosa é superior a 15%.
- 96 A rentabilidade do capital próprio é inferior a 6%.
- 97 A alavancagem financeira foi positiva no período.

Ainda com relação à alavancagem financeira e operacional, julgue o item a seguir.

- 98 Uma empresa que opere com um custo fixo de R\$ 200 milhões para uma capacidade produtiva de 50 milhões de unidades de um único produto, com margem de contribuição de R\$ 10, deverá estar produzindo e vendendo no mínimo 40 milhões de unidades para apresentar resultado positivo e exercitar a alavancagem operacional, com melhor aproveitamento dos custos fixos.

RASCUNHO

Quanto à auditoria, julgue os itens de 99 a 107.

- 99 Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- 100 Na realização de uma primeira auditoria externa em uma entidade, o auditor independente deve incluir no planejamento de auditoria: a análise dos saldos de abertura, dos procedimentos contábeis adotados e da uniformidade dos procedimentos contábeis; a identificação de relevantes eventos subsequentes ao exercício anterior e a revisão dos papéis de trabalho do auditor anterior.
- 101 Os papéis de trabalho são o conjunto de documentos e apontamentos com informações e provas coligidas pelo auditor, os quais só podem ser preparados de forma manual e constituem a evidência do trabalho executado e o fundamento de sua opinião.
- 102 O auditor previamente autorizado pela administração da entidade auditada, quando solicitado, por escrito e fundamentadamente, pelos Conselhos Federal e Regionais de Contabilidade, bem como pelos órgãos reguladores e fiscalizadores de atividades específicas, quando o trabalho for realizado em entidades sujeitas ao controle desses organismos, deverá exibir as informações obtidas durante o seu trabalho, incluindo a fase de pré-contratação dos serviços, a documentação, os papéis de trabalho, relatórios e pareceres, de modo a demonstrar que o trabalho foi realizado de acordo com as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis e demais normas legais aplicáveis.
- 103 O auditor, para fins de fiscalização do exercício profissional, deve conservar a boa guarda, pelo prazo mínimo de três anos a partir da data da emissão de seu parecer, de toda a documentação, papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com os serviços realizados.
- 104 O parecer sem ressalva é emitido quando o auditor conclui, sobre todos os aspectos relevantes, que as demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e as normas brasileiras de contabilidade e que há apropriada divulgação de todos os assuntos relevantes às demonstrações contábeis.
- 105 Risco de auditoria é a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas.
- 106 O sistema contábil e de controles internos é de responsabilidade da auditoria independente, porém a administração da entidade deve efetuar sugestões objetivas para o seu aprimoramento.
- 107 Na determinação da amostra, o auditor deve considerar apenas os seguintes fatores: população objeto da amostra, erro tolerável e erro esperado.

rubricas	produto A	produto B	produto C	total
horas de mão-de-obra direta/mês	440	360	200	1.000
horas de máquinas/mês	800	700	500	2.000
custos e despesas variáveis unitários (em R\$)	10,00	8,00	6,00	—
preço de venda unitário (em R\$)	20,00	18,00	19,00	—
custos e despesas fixos mensais (em R\$)	140.000	122.500	87.500	350.000
volume produzido e vendido no mês	20.000	17.500	8.750	46.250
volume de vendas (em R\$)	400.000	315.000	166.250	881.250
custos e despesas variáveis (em R\$)	200.000	140.000	52.500	392.500
lucro (em R\$)	60.000	52.500	26.250	138.750

Acerca da contabilidade de custos e considerando o quadro acima, julgue os itens de 108 a 110.

- 108 Os custos e despesas fixos foram distribuídos aos produtos por um critério de rateio, que teve como base as horas de máquinas/mês.
- 109 Quando a empresa adota o critério UEPS de avaliação de estoques, em período inflacionário, tende a levar para o resultado um custo mais baixo que se adotasse o método PEPS, tendo por consequência resultado maior, maior valor do ativo e maior patrimônio líquido.
- 110 O produto C é o que tem a menor margem de contribuição unitária.

RASCUNHO

Marcelo, deficiente físico, é proprietário de terreno urbano edificado em Maceió – AL, com valor venal declarado por ele de R\$ 100.000,00 e área construída de 300 m², cujo *habite-se* foi fornecido em 20/11/2002. Desde o momento da concessão do *habite-se*, o referido imóvel foi alugado para Patrícia, tendo constado no contrato de locação, expressamente, a obrigação de Patrícia pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel. Entre 1.º/1/2003 e 6/1/2003, foi iniciada e concluída, com a autorização de Marcelo, a ampliação da moradia em mais 100 m² de construção. Marcelo deseja vender o imóvel a Patrícia no fim de 2003.

Com base na situação hipotética apresentada acima e no Código Tributário do Município de Maceió que se encontra em vigor, julgue os itens de **111 a 120**.

- 111** O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, por natureza ou acessão física, como definido na Lei Civil, localizados na zona urbana ou em anéis urbanizáveis do município.
- 112** No caso do imóvel de Marcelo, o primeiro fato gerador do IPTU ocorreu no primeiro dia de 2003.
- 113** A base de cálculo do IPTU é o valor venal da unidade imobiliária, consoante parâmetros fixados na planta genérica de valores de terrenos e na tabela de preços de construção, assim entendido o valor que esta alcançaria para compra e venda à vista, segundo as condições do mercado.
- 114** O imóvel de Marcelo deverá constar do cadastro imobiliário municipal (CIM), devendo Patrícia, para fins fiscais, constar como proprietária.
- 115** O primeiro lançamento do IPTU deverá ter como base de cálculo uma área construída de 400 m².
- 116** No CIM, deverá constar apenas o valor venal atribuído à propriedade por Marcelo, mesmo que seja discordante do atribuído pela fiscalização municipal.
- 117** Por ser deficiente físico, Marcelo está isento do pagamento do IPTU do seu imóvel.
- 118** Caso Marcelo venda o imóvel para Patrícia, por meio de ato oneroso de transmissão *inter vivos*, ele deverá ser o contribuinte do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).
- 119** Na hipótese de venda do imóvel, o ITBI será calculado pela alíquota sobre transmissão a título gratuito.
- 120** Na hipótese de venda do imóvel, o tabelião de Maceió que lavrar a escritura de compra e venda poderá fazê-lo previamente à apresentação da guia de recolhimento do ITBI.

Carlos, advogado, presta serviços de consultoria e de advocacia civil, como autônomo, a diversas empresas de Maceió, não possuindo estabelecimento fixo.

Com base nessa situação hipotética e no Código Tributário do Município de Maceió que se encontra em vigor, julgue os itens de **121 a 125**.

- 121** O Imposto Sobre Serviços (ISS) tem como fato gerador a entrada e a saída de mercadorias de estabelecimentos comerciais.

- 122** No caso apresentado, pelo fato de não possuir estabelecimento fixo, Carlos está isento de pagamento de ISS.
- 123** Para os efeitos do ISS, Carlos será enquadrado como profissional autônomo.
- 124** No caso de Carlos, para fins de incidência do ISS, pela falta de estabelecimento prestador, considera-se seu domicílio como local de prestação de serviço.
- 125** Carlos deve ser considerado contribuinte do ISS.

Arnaldo, vendedor ambulante, mantém balcão de venda de produtos artesanais, em determinadas épocas do ano, em logradouro público (calçada, em local permitido), próximo à rodoviária de Maceió, funcionando dentro do horário normal do comércio.

Com base na situação hipotética apresentada acima e no Código Tributário do Município de Maceió que se encontra em vigor, julgue os itens de **126 a 135**.

- 126** A taxa de licença tem como fato gerador o exercício, pelo município, de atividade de poder de polícia que diga respeito a comércio eventual ou ambulante, entre outros.
- 127** No caso de Arnaldo, o recolhimento de taxa de licença é facultativo.
- 128** Arnaldo está sujeito apenas à cobrança de taxa de licença referente a comércio eventual ou ambulante.
- 129** Arnaldo está sujeito à cobrança da taxa de licença referente ao funcionamento em horário especial.
- 130** Arnaldo está isento do pagamento da taxa de licença para ocupação do solo nas vias e nos logradouros públicos, uma vez que produtos artesanais são dispensados de tal pagamento.
- 131** O comércio eventual ou ambulante poderá ser licenciado, desde que não seja inconveniente ou prejudicial ao comércio estabelecido no município.
- 132** Caso Arnaldo fosse comerciante ambulante de jornais, revistas e livros, estaria isento do pagamento da taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante.
- 133** Não se eximem do pagamento da taxa de licença para comércio ambulante aqueles que, embora sujeitos ao pagamento da taxa de licença para ocupação do solo nas vias e nos logradouros públicos, pratiquem atos de comércio previstos para a taxa de comércio ambulante.
- 134** A taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante será cobrada antecipadamente à concessão da licença.
- 135** Dispensar-se-á o pagamento da taxa de licença para ocupação do solo nas vias e nos logradouros públicos quando a ocupação do solo tiver fim patriótico, político, religioso ou de assistência social.

Pedro, proprietário de imóvel urbano em Maceió, tem contra si notificação e auto de infração para que regularize o pagamento do IPTU do seu imóvel, no prazo de trinta dias.

Com base nessa situação hipotética e no Código Tributário do Município de Maceió que se encontra em vigor, julgue os itens de **136 a 140**.

- 136** A notificação e o auto de infração devem ser emitidos em seis vias.
- 137** Na condição de sujeito passivo, é lícito a Pedro, no prazo de sessenta dias, contados da data em que for formalizada a notificação, apresentar defesa à notificação e ao auto de infração.
- 138** Das decisões de primeira instância, quando contrárias ao sujeito passivo da obrigação e no prazo de trinta dias contados da data do seu recebimento, caberá recurso ao Conselho Tributário Municipal.
- 139** Considera-se processo contencioso todo aquele que versar acerca da aplicação da legislação tributária, penal e civil municipal.
- 140** Os processos contenciosos serão organizados na forma de autos forenses e, sob essa forma, serão instruídos e julgados.

A respeito dos princípios básicos da administração pública, dos poderes administrativos e dos atos administrativos, julgue os itens de **141 a 150**.

- 141** O princípio da legalidade impõe que o agente público observe, fielmente, todos os requisitos expressos na lei como da essência do ato vinculado.
- 142** A competência, a finalidade e a forma são, obrigatoriamente, elementos vinculados do ato administrativo.
- 143** Poder discricionário é o que o direito concede à administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
- 144** Poder hierárquico é o que a administração exerce sobre todas as atividades e bens que afetam ou possam afetar a coletividade.
- 145** Nenhum ato administrativo pode ser realizado validamente sem que o agente disponha de poder legal para praticá-lo. Entende-se por competência administrativa o poder atribuído ao agente da administração para o desempenho específico de suas funções.
- 146** De acordo com Hely Lopes Meirelles, são requisitos ou elementos do ato administrativo: a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto.
- 147** Como a administração pública só se justifica como fator de realização do interesse coletivo, seus atos devem dirigir-se sempre para um fim público.
- 148** A revogação ou a modificação do ato administrativo deve obedecer à mesma forma do ato originário, uma vez que o elemento formal é vinculado tanto para sua formação quanto para seu desfazimento ou alteração.
- 149** São atributos do ato administrativo: a presunção de legitimidade, a imperatividade e a auto-executoriedade.
- 150** A presunção de legitimidade autoriza a imediata execução ou operatividade dos atos administrativos.

Com referência aos vícios da vontade, julgue os itens de **151 a 153**.

- 151** São anuláveis os atos jurídicos em que houver declaração de vontade com base em erro substancial ou accidental.
- 152** O dolo como vício de vontade ocorre quando um dos contratantes utiliza-se de meio malicioso para convencer a outra parte a firmar o contrato.
- 153** Prescreve em 20 anos a ação para anular o ato jurídico praticado com vício de vontade, incidindo, na espécie, a regra geral da prescrição vintenária.

Quanto à posse e à propriedade, julgue os itens **154 e 155**.

- 154** Ao possuidor de boa-fé é devida indenização por benfeitorias úteis e necessárias.
- 155** Qualquer bem imóvel, ainda que público, é suscetível de ser usucapido, desde que o possuidor exerça sobre ele posse mansa e pacífica por mais de 20 anos.

Com relação ao direito das obrigações, julgue os itens **156 e 157**.

- 156** No caso de obrigação de restituir coisa certa, vindo esta a se perder sem culpa do devedor, a obrigação resolve-se automaticamente, sem qualquer direito ao credor de receber indenização ou de exigir a restituição da coisa.
- 157** Na obrigação solidária ativa, qualquer dos credores pode receber o crédito por inteiro e dar quitação integral do débito.

Com referência à fiança, julgue os itens de **158 a 160**.

- 158** Não se admite a fiança dada em valor inferior ao da obrigação principal, sob pena de nulidade da garantia.
- 159** Se o fiador for executado pelo credor, não tem direito de nomear à penhora, primeiramente, os bens do devedor para pagamento do débito, pois a fiança instaura solidariedade entre o fiador e o devedor, respondendo ambos igual e integralmente pelo pagamento da dívida.
- 160** Se a fiança for prestada por tempo indeterminado, o fiador tem o direito de, a qualquer tempo, exonerar-se dela, ficando obrigado tão-somente pela garantia da dívida em relação ao período anterior à sua exoneração.

Acerca das atribuições privativas do presidente da República, julgue os itens **161 e 162**.

- 161** Compete ao presidente da República decretar o estado de defesa e o estado de sítio, bem como decretar e executar a intervenção federal.
- 162** Cabe ao presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

A respeito da organização do Estado brasileiro, julgue o item a seguir.

163 A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende apenas a União, os estados e os municípios, todos autônomos nos termos da Constituição da República.

Quanto ao poder legislativo, julgue o item seguinte.

164 O poder legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal. A Câmara dos Deputados é composta de representantes dos estados e do Distrito Federal, eleitos pelo sistema proporcional; o Senado Federal é composto de representantes do povo, eleitos segundo o princípio majoritário.

No que se refere às competências do Congresso Nacional, julgue o item subsequente.

165 Cabe ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do poder executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Com relação às competências da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, julgue o seguinte item.

166 Compete à Câmara dos Deputados processar e ao Senado Federal julgar o presidente e o vice-presidente da República nos crimes de responsabilidade.

No que concerne à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, julgue o item abaixo.

167 Compete ao Tribunal de Contas da União, no âmbito da União, e aos Tribunais de Contas Estaduais, no âmbito dos estados, a titularidade e o exercício do controle externo da administração pública.

Após publicação de lei federal que reduz o montante dos recursos repassados pela União aos estados e municípios brasileiros para os fundos de participação dos estados e dos municípios, respectivamente, um governador e um prefeito ingressaram, cada um, no Supremo Tribunal Federal (STF), com uma ação direta de inconstitucionalidade contra a referida lei.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens **168** e **169**.

168 O STF deverá rejeitar a ação intentada pelo prefeito, tendo em vista que ele não está legitimado pela Constituição da República para impetrar ação direta de inconstitucionalidade contra lei federal.

169 O STF deverá rejeitar a ação intentada pelo governador, uma vez que este está legitimado a ingressar com ação direta de inconstitucionalidade apenas contra ato normativo estadual.

Acerca da ação declaratória de constitucionalidade, julgue o item a seguir.

170 Não se admite, no Brasil, ação declaratória de constitucionalidade de ato normativo estadual, se tomada a Constituição da República como parâmetro de constitucionalidade.

A respeito da capacidade contributiva e do caráter pessoal dos impostos, julgue os itens de **171** a **176**.

171 O imposto de transmissão *inter vivos* cumprirá o princípio da capacidade contributiva com a progressividade das alíquotas.

172 No que se refere às taxas, o princípio da capacidade contributiva realiza-se na medida em que cada um consome certa quantidade de serviços públicos, remunerando o custo do que consumiu.

173 O ICMS e o IOF não são passíveis de graduação segundo a imperatividade do caráter pessoal dos impostos e a capacidade econômica do contribuinte, já que sua natureza e sua estrutura são com eles incompatíveis.

174 No imposto de transmissão *causa mortis*, o princípio da capacidade contributiva realiza-se mediante alíquotas progressivas.

175 O princípio da capacidade contributiva deve ser considerado pelo intérprete no sentido de não discriminar contribuintes que se encontrem em situação jurídica equivalente e discrimine, na medida das suas possibilidades, os contribuintes que não se encontrem em situação jurídica equivalente.

176 Para conferir efetividade ao caráter pessoal do imposto, a administração fazendária poderá identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Considerando os princípios da competência tributária e seus limites, julgue os itens de **177** a **182**.

177 O imposto sobre serviços (ISS) pode ser objeto de incentivo fiscal, na forma estabelecida por lei complementar.

178 O ICMS pode ser objeto de incentivo fiscal, respeitados os princípios constitucionais da especificidade, exclusividade, legalidade, e dependendo da existência de convênio entre os estados e o Distrito Federal (DF).

179 A competência tributária de instituir imposto de transmissão *inter vivos* de direitos reais de garantia sobre imóveis é do estado da situação do bem.

180 A competência tributária residual só poderá ser exercida por lei complementar e, no que se refere a bens imóveis, pelo estado onde estiver situado.

181 O Poder Legislativo estadual poderá editar lei específica para que o Poder Executivo conceda, por decreto, incentivo fiscal a determinado ramo da economia para, instalando uma empresa no estado, promover o desenvolvimento econômico regional.

182 O processo legislativo tributário, ainda que para concessão de benefícios fiscais, é de competência comum ou concorrente.

Acerca da substituição tributária, julgue os itens de **183** a **185**.

183 A coerência e validade do regime de substituição tributária é a garantia da devolução do imposto eventualmente pago em excesso, quando a comercialização ocorrer por preço inferior ao presumido.

184 O estado poderá, com base em convênio entre os estados e o DF, reduzir a base de cálculo do ICMS sujeito a substituição tributária, condicionando a fruição de tal benefício, ainda que a condição não esteja expressa ou implicitamente prevista no convênio.

185 Na substituição tributária para frente, uma pessoa é responsabilizada não apenas pelo imposto incidente sobre a operação por ela mesma realizada, mas também de outra ou outras operações futuras, que sequer serão realizadas por ela.

Acerca das espécies tributárias, julgue os itens a seguir.

186 Se uma grande enchente deixar desabrigadas mais de vinte mil pessoas em um pequeno município brasileiro, a fim de realizar as obras de reconstrução das residências dos munícipes, o prefeito, de acordo com a Constituição da República, poderá instituir empréstimo compulsório, desde que o faça mediante lei complementar.

187 Com vistas a contratar guardas municipais, um município brasileiro, nos termos da Constituição da República, pode instituir a taxa de segurança pública como contrapartida pelos serviços públicos a serem prestados.

Com relação aos princípios constitucionais tributários, julgue os itens seguintes.

188 O princípio da legalidade tributária consiste na exigência de lei prévia para instituição ou majoração de tributos.

189 O princípio da anualidade da lei fiscal consiste na vedação da cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou os aumentou.

No que se refere às limitações ao poder de tributar, julgue o item subsequente.

190 A imunidade recíproca consiste na vedação, imposta à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, de instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.

A respeito do sistema tributário nacional, dos princípios constitucionais tributários, das competências tributárias e das limitações constitucionais da competência tributária, julgue os itens de **191** a **195**.

191 A Constituição da República regulamenta a competência tributária, delimitando os poderes da União, dos estados-membros, do Distrito Federal e dos municípios.

192 Conforme estabelece a lei maior, a função típica reservada à lei complementar pelo sistema tributário nacional é a de detalhar as disposições constitucionais, explicitando regras para solucionar os conflitos de competência entre os entes políticos, regulando as limitações constitucionais ao poder de tributar e estabelecendo normas gerais de direito tributário.

193 Competem à União, em território federal, os impostos estaduais e, se o território for dividido em municípios, cumulativamente, os impostos municipais.

194 A Lei Maior, em regra, veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

195 As contribuições sociais relativas à seguridade social só podem ser exigidas após cento e vinte dias da data da publicação da lei que as houver instituído ou modificado.

A respeito dos conceitos de tributo, impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais e empréstimos compulsórios no Código Tributário Nacional (CTN), julgue os itens de **196** a **200**.

196 Tributo, nos termos do CTN, é toda prestação pecuniária facultativa, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

197 Só a União pode, mediante lei complementar, instituir empréstimos compulsórios.

198 A CPMF, instituída por emenda constitucional, é espécie tributária de taxa.

199 As taxas, nos termos do CTN, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público geral e indivisível, prestado ao contribuinte ou colocado à sua disposição.

200 A contribuição de melhoria, nos termos do CTN, tem como fato gerador a valorização do imóvel do contribuinte em razão de obra pública. Cada contribuinte não pode ser obrigado a pagar quantia superior à valorização de seu imóvel. O total arrecadado, por sua vez, não pode ser superior ao custo da obra.